

LEGISLAÇÃO

Declarações dadas ontem levam a crer que não será fácil se chegar a um consenso sobre a derrubada do decreto que elevou a alíquota do imposto

Polêmica do IOF longe de conciliação

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» EDLA LULA

Reunião mediada, hoje, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), para solucionar o impasse criado pela derrubada do decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) tende a não ser concluída, ao menos na primeira tentativa. É o que demonstram declarações e atitudes dos representantes do Executivo e do Legislativo, as partes envolvidas na questão.

Primeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, ressaltou que o Executivo não apresentará uma "proposta alternativa" do decreto de aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). As questões sobre se o governo sacaria da cartola uma alternativa sobre o aumento do IOF ocorrem em meio ao fato de Executivo e Congresso terem de encontrar convergências sobre o tema, que será discutido em audiência de conciliação colocada para hoje, pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

"A posição oficial do governo foi o que está no decreto (de aumento da alíquota do IOF) e o governo pediu para que o STF se manifestasse. O governo não tem proposta alternativa (sobre o IOF). Não temos propostas alternativas, a nossa posição é a defesa do decreto", sustentou o ministro, ao negar possibilidades de o Executivo realizar negociações para alterar o texto. Na avaliação de Rui Costa, entendimentos e decisões sobre o IOF são de competência do Executivo e não devem ser alteradas pelo parlamento.

No Parlamento, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiram não comparecer à audiência de conciliação agendada pelo ministro do Supremo, Alexandre de Moraes. O Senado deverá ser representado pela advogada-geral Gabrielle Tatith Pereira, e pelo advogado-geral adjunto de Contencioso da Casa, Fernando Cesar de Souza Cunha. Já a Câmara,

Francisco Artur de Lima/CB



Após cerimônia no Planalto, Rui Costa, falou a jornalistas que Executivo não voltará atrás no decreto do IOF

enviará o advogado Jules Queiroz. O governo, por sua vez, será representado pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

Impasse

As divergências entre o governo e o parlamento sobre possíveis aumentos do IOF começaram no fim de maio, quando o governo enviou ao Legislativo um decreto que aumenta as alíquotas do IOF. O objetivo do governo era reforçar o aumento de receitas e manter os gastos dentro do arcabouço fiscal.

A iniciativa do Executivo, no entanto, teve resistência do Congresso, que derrubou o decreto em junho. Como respostas, o governo, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), acionou o STF exigindo que seja considerada a constitucionalidade do decreto editado pelo presidente da República.

Na Suprema Corte, a ação caiu para o ministro Alexandre de Moraes. O magistrado, então, estabeleceu que hoje, o Executivo e o

Congresso devem convergir sobre o assunto IOF.

Na última sexta-feira, o Senado e a Câmara pediram ao STF que declare constitucional o decreto legislativo que derrubou o aumento do IOF decretado por Lula.

"A edição dos decretos executivos se deu com desvio de finalidade, contrariando a finalidade extrafiscal que justifica a mitigação dos princípios da legalidade e da anterioridade tributárias. Os elementos fáticos demonstram motivação arrecadatória, revelada por pronunciamentos oficiais e pelo contexto fiscal da medida, descaracterizando a finalidade regulatória exigida", ressaltou o Congresso no documento.

O parecer foi emitido no bojo das ações que tratam do IOF no Supremo, considerando um prazo que foi dado para o Legislativo se manifestar sobre os processos movidos por partidos políticos sobre o tema.

No documento, as Advocacias do Senado e da Câmara sustentam que os decretos editados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva

sobre o IOF tinham objetivos "claramente arrecadatórios (harmonizar a política monetária fiscal, preservando os objetivos do novo arcabouço fiscal, com medidas para equilibrar receitas e despesas)".

"Não pode o Executivo, a pretexto de exercer função regulatória, utilizar o §1º do artigo 153 - que trata da competência do Poder Executivo para alterar as alíquotas de alguns impostos - com verdadeira finalidade de arrecadação, sob pena de desvio de finalidade (também denominado desvio de poder) e, em última análise, violação constitucional", registra o parecer.

O Congresso defende que aprovou a derrubada do decreto do Executivo por "reconhecer a patente incongruência entre a finalidade pensada pelo constituinte originário para a flexibilização das garantias do contribuinte e a finalidade (real)", das medidas do Executivo.

O texto diz que os decretos "exorbitaram os poderes da competência conferida ao Executivo." (Com agências)

PL do licenciamento ambiental volta à pauta na Câmara

» ISRAEL MEDEIROS

A Câmara dos Deputados deve votar, hoje, o projeto de lei que flexibiliza a concessão de licenciamento ambiental no Brasil. O texto, que começou a tramitação na Câmara há mais de 20 anos, foi modificado no Senado e voltou para a Casa Baixa para ser reanalisado. Está sob a relatoria do deputado Zé Vitor (PL-MG), que propôs a aprovação de 27 de 32 emendas feitas no Senado. Entre as mudanças mantidas, está a Licença Ambiental Especial (LAE), que pode agilizar a análise de empreendimentos estratégicos, o que pode destruir projetos como a exploração de petróleo na Margem Equatorial, por exemplo.

Esse mecanismo foi incluído no Senado, com articulação do presidente Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), um dos principais defensores da exploração na região. O texto foi alvo de críticas do próprio Ministério do Meio Ambiente durante a tramitação na Casa Alta, que tornou o texto ainda mais flexível e foi apelidado por ambientalistas como "PL da Devastação", já que também prevê a dispensa de licenciamento ambiental para diversos tipos de empreendimentos.

Ao **Correio**, o relator da proposta na Casa Baixa, deputado Zé Vitor (PL-MG) disse que a proposta busca modernizar os processos sem, no entanto, abrir mão das garantias

ambientais. "Eu não vejo contradição. Esses empreendimentos seguem as mesmas exigências para mitigar ou compensar qualquer dano ambiental. Não estariam dispendidos de que todas as medidas de controle estejam instaladas para sua operação. É pura e simplesmente a simplificação do rito, mas não a flexibilização de normas", afirmou o parlamentar.

Uma das mudanças na legislação previstas no PL é a instituição da Licença por Adesão e Compromisso (LAC). Nesta modalidade, o empreendedor declara conhecer e cumprir as normas ambientais, assumindo responsabilidade direta sobre o processo. Críticos apontam risco de autodeclarações sem a devida fiscalização. O relator, por sua vez, disse que o modelo já é adotado com sucesso em diversos estados.

"Essa licença só pode ser emitida para empreendedores em áreas onde os impactos são conhecidos, onde não há supressão de vegetação. [...] São para empreendimentos de até médio porte que realmente têm condição de se instalar nessa modalidade", explicou. Zé Vitor também argumentou que a proposta respeita as competências de estados e municípios, permitindo que cada ente defina, com base no conhecimento local, os critérios para aplicação das licenças. "Eles vão ter autonomia para definir

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Para o relator Zé Vitor, o projeto é apenas "a simplificação do rito"

quais empreendimentos se encaixam nesse modelo, de acordo com a expertise e conhecimento do território que possuem", disse.

Retrôcesso

Do lado dos governistas, o texto é visto como um retrôcesso histórico. Para o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), o novo modelo de licenciamento abre caminho para grandes desastres ambientais, como nos rompimentos de barragens em Mariana (MG) e Brumadinho (MG). "Tudo começa assim. Licenciamento frouxo, lucro

acima da vida, desprezo pelo povo e pela natureza. O projeto atende a interesses de grileiros, mineradoras e latifundiários. Enquanto isso, o povo pobre, que vive às margens dos rios, encostas e periferias, paga o preço com lama, calor extremo, enchente e morte", escreveu o líder do PT em seu perfil no X.

"Esse projeto é um retrôcesso e ser pautado pelo Congresso em ano de COP30 é uma desmoralização para o Brasil, país que tem sido voz de vanguarda na luta pelo equilíbrio ambiental e contra as mudanças climáticas no mundo", pontuou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br



Pressões de Trump não vão barrar o julgamento de Bolsonaro no Supremo

Ontem, o ex-presidente Bolsonaro recorreu, mais uma vez, à retórica de autovitimização. Em postagens nas redes sociais, denunciou um suposto "sistema podre" de perseguição e ameaças à sua vida.

As tentativas de o ex-presidente norte-americano Donald Trump interferir nos assuntos internos do Brasil, por meio de declarações e medidas retaliatórias, como a imposição de tarifas de 50% sobre as exportações brasileiras, não vão desviar, muito menos interromper, o curso das investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro e, sobretudo, o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar da grave crise diplomática e comercial provocada pela decisão de Trump, essas pressões não anulam os fundamentos constitucionais e jurídicos que orientam as decisões do Supremo. O processo contra Bolsonaro segue em conformidade com o devido processo legal, baseado em provas materiais, delações homologadas e evidências documentadas, como a famosa "minuta do golpe", que ontem foi objeto de nova confirmação do ex-ajudante de ordens da Presidência tenente-coronel Mauro Cid.

O militar foi chamado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para depor como testemunha de acusação dos réus dos núcleos 2, 3 e 4 do processo sobre a trama golpista ocorrida no governo de Jair Bolsonaro. Por ter assinado acordo de delação premiada com a Polícia Federal (PF), o militar responde ao processo em liberdade, mas é obrigado a prestar os esclarecimentos. A partir de hoje, começa a depor as testemunhas indicadas pelos réus que fazem parte dos três núcleos. Os depoimentos devem seguir até o dia 23 de julho.

No mês passado, o STF realizou os depoimentos das testemunhas do núcleo 1, formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete aliados. A Procuradoria-Geral da República, nas alegações finais na ação penal que investiga o chamado "núcleo do golpe", confirma a existência de articulações concretas para subverter o resultado das eleições de 2022. A delação do tenente-coronel Mauro Cid foi fulcral nesse contexto.

Segundo Cid, o ex-presidente teve acesso direto ao documento que propunha a decretação de estado de sítio, novas eleições e a prisão de ministros do STF, incluindo Alexandre de Moraes. Essas revelações, somadas aos depoimentos de testemunhas sobre ações direcionadas da PRF durante o pleito e a produção de dossiês com viés político dentro do Ministério da Justiça, configuram uma trama organizada e hierarquizada.

Sustenta que sua provável condenação será o prenúncio da repressão ao "cidadão comum". Em sintonia com Trump e a extrema-direita global, Bolsonaro tenta deslegitimar as instituições democráticas do país e transferir a narrativa de julgamento do debate jurídico para o campo de disputa ideológica, ao se fazer de vítima de um complô entre STF, a imprensa e as lideranças políticas de esquerda. Com isso, reforça a narrativa de sua base mais radicalizada e procura desviar o foco dos fatos pelos quais é julgado.

O EX-PRESIDENTE RECORREU MAIS UMA VEZ À RETÓRICA DE AUTOVITIMIZAÇÃO

Estado democrático

O julgamento em curso no STF tem respaldo constitucional e vem observando as garantias do contraditório e da ampla defesa. Ontem, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, reiterou que o tribunal age com transparência, realiza sessões públicas, admite a participação da imprensa e assegura o acompanhamento por advogados. O ministro também refutou as acusações de censura às redes sociais.

Barroso afirmou que as decisões da Corte sobre as redes sociais protegem a liberdade de expressão e são moderadas, se comparadas a modelos como o europeu. Argumentou também que, ao associar os julgamentos no Brasil a uma "ditadura judicial", Trump revela uma visão de mundo pautada pelo seu próprio autoritarismo e desconhece a realidade política brasileira, que vive em regime democrático pleno.

Trump alegou perseguição a bolsonaristas residentes nos EUA e a empresas americanas por decisões do STF, para extrapolar os limites da diplomacia e exportar sua agenda protecionista e conspiratória. O posicionamento dos ministros do STF diante dos ataques de Trump, associado à manifestação diplomática do governo brasileiro, mostra firmeza e maturidade institucional. A defesa da soberania nacional exige que as instituições funcionem de forma autônoma e que os crimes contra o Estado democrático de direito sejam julgados com isenção.

Segundo o ministro Gilmar Mendes, decano da Corte, vivemos um momento inédito de resistência democrática, em que a defesa dos preceitos constitucionais se tornou um imperativo civilizatório. As investigações demonstraram que a escalada golpista liderada por Bolsonaro não se restringiu a discursos inflamados. Envolveu setores das Forças Armadas, agentes públicos, tentativas de manipulação da opinião pública e o uso indevido de estruturas estatais. A PRF agiu seletivamente no segundo turno das eleições. Órgãos de inteligência do Ministério da Justiça foram usados para levantar dados contra adversários.

Tudo isso está sendo cuidadosamente apurado em ações penais abertas e instruídas de acordo com os ritos processuais. Por essa razão, as pressões externas — ainda que muito ameaçadoras — não devem interromper, retardar ou deslegitimar o julgamento de Jair Bolsonaro e seus aliados. O que está em jogo é mais do que a punição de indivíduos: trata-se da proteção do Estado democrático de direito. O Brasil tem o dever, perante sua Constituição e a comunidade internacional, de demonstrar que as instituições são capazes de reagir a ataques à ordem democrática de forma legal, pacífica e institucional. Embora muito pressionada, nossa democracia é resiliente.